

VIOLAÇÕES AO CESSAR-FOGO SERÃO ANALISADAS HOJE

Vai ter lugar na manhã de hoje em Maputo uma reunião da Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) para análise das seis violações oficial e formalmente notificadas às Nações Unidas pelo Governo. Entretanto, a Renamo refutou na Comissão do Cessar-Fogo (CCF) que as alegações governamentais estejam devidamente preparadas e regularmente substanciadas.

A revelação foi ontem transmitida em Maputo aos meios de comunicação nacionais e estrangeiros pelo Representante Especial das Nações Unidas em Moçambique, Dr. Aldo Ajello, no decurso de sessões regulares que semanalmente visam transmitir aos jornalistas o estágio da implementação do Acordo Geral de Paz.

O Governo apresentou recentemente às Nações Unidas uma notificação contendo um conjunto de seis violações nas províncias centrais de Sofala e Zambézia, alegadamente sob seu controlo.

Depois de ter remetido oficial e formalmente esta prova de incumprimento por parte da Renamo do Acordo Geral de Paz, as Nações Unidas — que presidem também à CCF, para além de outras comissões — chamaram a si a responsabilidade de enviar uma equipa de investigação às zonas em disputa.

Após a criação segunda-feira da CCF para a região centro, com sede na Beira, a Renamo argumentou que esperava orientações de Maputo para dar início às investigações sobre as

por Naftal Donaldo

queixas governamentais.

De acordo com Aldo Ajello, a Renamo crê que não há suficientes evidências dessas violações, visto que o Governo preparou a notificação de forma indevida e que não há substância nas pretensões governamentais.

Porque a CCF não chegou a nenhuma conclusão sobre a notificação governamental, as Nações Unidas decidiram solicitar às partes a realização da reunião da CSC na manhã de hoje, em Maputo, para análise das queixas de uma das partes e os argumentos da outra.

Indagado se a Alta Autoridade integrada por três figuras internacionalmente idóneas para assessoria na solução de entraves surgidos no decurso da implementação dos entendimentos rubricados no passado dia 4 de Outubro na capital italiana, Aldo Ajello explicou que as personalidades previstas ainda não começaram a trabalhar no entanto que grupo de conselheiros.

Clarificou que aquele órgão — que inclui o coordenador dos mediadores, Dr. Mário Rafaelli e dois conceituados juristas internacionalmente conhecidos pela sua perícia em matéria legal e idoneidade quanto ao seu comportamento — ainda não foi criado e, por consequência não está em funcionamento.

Vincou que como órgão de consultoria qualquer dos elementos poderia dar o seu parecer sobre qualquer questão que lhe fosse remetida.

Sublinhou que até ao momento, somente foi identificado o Dr. Mário Rafaelli para fazer parte da equipa, faltando ainda colmatar a lacuna derivada do ainda não recrutamento de outras duas personalidades.

Frisou que este órgão deverá ser isento, objectivo e equidistante das duas partes (Governo e Renamo), primando as suas recomendações pela preservação do espírito e letra do Acordo Geral de Paz.

COOPERAÇÃO FRUTUOSA

Na ocasião, o representante de Boutros Ghali no nosso país congratulou o entendimento e a colaboração entre o Governo e a Renamo na província de Sofala, para onde, terça-feira, se deslocou para assistir ao desembarque dos 180 "capacetes azuis" do batalhão de 1300 soldados italianos procedentes de Turim, que vão substituir o contingente zimbabweano no "Corredor da Beira".

No mesmo dia, também atracou no porto da Beira um navio transportando veículos, equipamentos e material diverso para a logística das forças daquele país transalpino.

Ao comentar o seu encontro com o Governador Francisco Masquil, Aldo Ajello caracterizou-o de "muito frutuoso" e que ficou "bastante impressionado com a maturidade democrática" que observou na capital provincial de Sofala.

Esta maturidade, de acordo com Ajello, foi substanciada pela liberdade de reunião e cobertura informativa que o seminário e o comício da Renamo tiveram dos órgãos de comunicação social nacionais.

Sobre as queixas apresentadas pela Renamo a respeito da falta de palavra do Governo acerca do providenciamento de condições logísticas, comunicações, transportes e outras facilidades, Aldo Ajello disse que segundo o Acordo Geral de Paz compete ao Governo criar estas condições e que na impossibilidade de cobertura global, então existe o recurso da ajuda concedida pela comunidade internacional.

Afirmou que o Governo está a fazer o que pode e paralelamente a isso, as Nações Unidas em Maputo reuniram-se ao longo das duas últimas semanas com países doadores, com vista à superação desta problemática.

"Já é tempo de falarmos de outras coisas, que não sejam comida, casas, comunicações, transportes e outras necessidades básicas", opinou Aldo Ajello, visivelmente satisfeito.

" NOTÍCIAS "

6.3.93